DINÂMICAS E INCIDÊNCIAS DEMOCRÁTICAS DE COLETIVOS URBANOS: INSTRUMENTOS E ASSOCIAÇÕES NO TERRITÓRIO

Doriana Daroit (doriana.daroit@gmail.com)

Nuno Pinto (nuno.pinto@manchester.ac.uk)

Zilma Borges De Souza (borgeszilma@gmail.com)

Fernanda Natasha Bravo Cruz (fernandanatasha@gmail.com)

Laura Martins De Carvalho (lauramarcarvalho@gmail.com)

Priscila De Oliveira Rodrigues (priscilarodrigues.adm@gmail.com)

A inviabilização de instâncias participativas “oficiais” realizada pelo Decreto 9.759/2019 não extinguiu a capacidade de mobilização social e a ação pública, a qual objetiva incidir sobre temas e orientações que influenciem diretamente os espaços públicos ou promovam aperfeiçoamentos de políticas públicas. Houve uma reorganização dos atores envolvidos com os processos políticos e reivindicatórios que disseminam ou criam práticas de mobilização e intervenção que reconfiguram a ação pública. Parte dessas práticas podem ser observadas pela organização dos coletivos, que passam a constituir esferas de debates e pressão pública para a promoção de mudanças sociais fundamentadas por práticas associativas que prezam pela horizontalidade para realização de intervenções sociopolíticas e estabelecimento de outros canais de diálogo com o Estado. O artigo tem como proposta investigar as dinâmicas de mobilização e articulação de coletivos urbanos e sua capacidade de incidir sobre o espaço

público e políticas públicas, colocando ênfase nas dinâmicas e instrumentos que operacionalizam seus processos decisórios e as estratégias de associação. Foi realizado estudo exploratório considerando coletivos na Área Metropolitana de Brasília nas temáticas de espaço público e mobilidade urbana e na Região Metropolitana de São Paulo com enfoque no município de São Paulo nas temáticas de agricultura urbana e segurança alimentar. Os principais critérios de caracterização dos coletivos foram sua natureza jurídica, liderança, estrutura de articulação, capacitação técnica, financiamento e abrangência do engajamento. Os coletivos apresentam características bastante diversas, compreendendo desde famílias que se organizam para produção orgânica até atuação em instituições participativas, no sistema político local e em redes internacionais. Esses modos de organização indicam também diferentes níveis de capacitação técnica, financiamento e alianças dos grupos, apontando para diferenças nas suas capacidades de geração de mudanças na ação pública que decorrem e influenciam diretamente a mobilização de instrumentos associados a seus processos decisórios e estratégias de articulação.